



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 183, DE 2018

(Do Sr. Ivan Valente)

Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, no âmbito da competência prevista no art.32, V, "a" e "b", do RICD, realize ato de fiscalização e controle visando verificar irregularidades sobre: a) o aumento de preços da Petrobrás para os combustíveis, no período de abril de 2016 até 1º de junho de 2018; b) o ato de redução do uso da capacidade das refinarias nacionais empreendida pela Petrobras, seus impactos para a empresa e para o mercado interno de combustíveis; e c) eventual benefício obtido por empresas estrangeiras em razão das medidas mencionadas, violando os direitos dos consumidores e impactando a economia popular.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e conforme o art. 60, incisos I e II, art. 61 c/c o art. 100, §1º, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, **REQUEIRO** sejam adotadas as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, no campo temático de resguardo da economia popular, repressão ao abuso do poder econômico, proteção das relações de consumo e medidas de defesa do consumidor (art. 32, inciso V, alíneas “a” e “b” do RICD), sobre (a) o aumento de preços da Petrobrás para os combustíveis, no período de abril de 2016 até 1º de junho de 2018; (b) a política de redução do uso da capacidade das refinarias nacionais empreendida pela Petrobras, seus impactos para a empresa e para o mercado interno de combustíveis; e (c) eventual benefício obtido por empresas estrangeiras em razão das políticas mencionadas, visando apurar os aumentos abusivos e desarrazoados dos preços dos combustíveis e da margem de lucro bruto, uma vez que, nos termos do artigo 5º, inciso XXXII, do artigo 170, inciso V, e do artigo 173, §4º, todos da Constituição Federal, a defesa do consumidor é direito e garantia fundamental do cidadão e a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros, respectivamente.

JUSTIFICATIVA

De acordo com a Nota Técnica nº 194, de 26 de maio de 2018, do Dieese, a escalada do preço dos combustíveis e as recentes escolhas da política do setor de petróleo fez com que a Petrobras reajustasse o preço da gasolina e do diesel nas refinarias 16 vezes. O preço da gasolina saiu de R\$ 1,74 e chegou a R\$ 2,09, alta de 20%. Já o do diesel foi de R\$ 2,00 a R\$ 2,37, aumento de 18%. Para o consumidor final, os preços médios nas bombas de combustíveis subiram de R\$ 3,40 para R\$ 5,00, no caso do litro de gasolina (crescimento de 47%), e de R\$ 2,89 para R\$ 4,00, para o litro do óleo diesel (alta de 38,4%).

Essa política de preços resultou em atos e interdições de rodovias pelo país, uma vez que o transporte de cargas no Brasil é totalmente dependente do modal rodoviário. Em poucos dias a paralisação trouxe o desabastecimento e espalhou o caos pelo país. Em todas as cidades assistimos filas imensas de carros em busca de combustíveis nos postos desabastecidos e as prateleiras dos supermercados vazias, ameaçando o acesso à população a gêneros de primeira necessidade. A mobilidade urbana também foi diretamente afetada, trazendo prejuízos gigantescos à nossa economia já bastante combalida.

A crise resultante da escalada dos preços dos combustíveis tem como ponto central a política de preços adotada pela Petrobras, o que deixou o país absolutamente exposto às variações do câmbio e do mercado internacional de petróleo.

Conforme bem aponta a nota do Dieese mencionada anteriormente, o aumento dos preços está relacionado *a fatores de natureza conjuntural (principalmente devido a elementos da geopolítica do petróleo e valorização do dólar diante do real) e a fatores internos (escolhas da política de preços adotada pela Petrobras).*

Conforme aponta a referida nota:

Na presidência da Petrobras desde junho de 2016, Pedro Parente

imprimiu uma nova política para a definição dos preços de derivados de petróleo no Brasil, adotando a paridade internacional. Isso significa que a Petrobras passou a praticar nas refinarias os mesmos preços dos derivados no mercado internacional. Assim, a partir de outubro de 2016, os preços começaram a sofrer variações mais frequentes e, a partir de julho de 2017, as correções passaram a ser diárias. A paridade internacional de preços veio acompanhada de outras duas decisões, que compõem o quadro da mudança na gestão da Petrobras: a redução da produção nas refinarias próprias da empresa e o anúncio da venda de outras quatro no Brasil. Essas medidas abrem espaço para o aumento da participação de empresas privadas no setor e a entrada de capital estrangeiro.

A decisão da Petrobras de praticar a paridade internacional desencadeou uma série de efeitos sobre a economia brasileira, afetando diretamente os consumidores e também os setores da indústria que utilizam os derivados de petróleo para produzir.

1) O país se torna mais vulnerável aos efeitos externos, reduzindo a capacidade de intervenção sobre os preços. Isso acontece quando o preço do barril sobe muito (como está acontecendo agora) ou mesmo quando há uma intempérie em países fornecedores de petróleo ou derivados.

2) O país passa a comprar no mercado internacional um bem que poderia produzir internamente. A produção de petróleo no Brasil, em abril de 2018, foi de 2,6 milhões de barris/dia (sem considerar 673 mil barris de gás natural). Neste mesmo mês, as refinarias da Petrobras processaram 1,6 milhão de barris/dia e o consumo interno de derivados ficou em 2,2 milhões de barris/dia. Assim, mesmo produzindo 400 mil barris de petróleo a mais do que o necessário para atender ao consumo nacional, o país importou cerca de 600 mil barris de derivados/dia. Isso aconteceu porque a Petrobras está aumentando a exportação de petróleo cru e, ao mesmo tempo, reduzindo a utilização de suas refinarias. As refinarias da empresa possuem capacidade de refinar 2,4 milhões de barris/dia, mas estão utilizando apenas 68% dessa capacidade. Além disso, parte dessa produção de derivados está sendo direcionada para atender ao mercado externo.

3) Como consequência desta política de paridade e redução da produção, cresce a entrada de importadores de derivados de petróleo no país. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), hoje existem 392 empresas autorizadas a realizar importações de derivados no país. Dessas empresas, 129 (33%) foram cadastradas depois de 2016.

4) Na busca pelo aumento da receita fiscal, em julho de 2017, o governo federal reajustou de 9% para 14% a alíquota do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que incide sobre a gasolina e o diesel, com impactos ainda maiores sobre os preços finais.

5) A economia brasileira se torna mais suscetível às flutuações do

mercado financeiro e aos ataques especulativos. Desde a liberalização e a desregulação financeira no começo dos anos de 1990, os fluxos de capitais de curto prazo e os ataques especulativos com o objetivo de direcionar as políticas nacionais têm se tornado elementos decisivos da economia. Quando se permite que um dos principais bens comercializáveis (e a principal fonte de energia e de transporte) possa variar conforme os fluxos financeiros, a economia nacional se torna ainda mais suscetível aos ataques especulativos. Desta forma, o governo reduz a capacidade de controle sobre a política econômica.

6) Diante de forte movimento especulativo, ainda que no curto prazo, ganham enormemente os acionistas privados, boa parte deles de capital internacional. Por sua vez, o trabalhador brasileiro, como consumidor final, sofre um grande impacto no custo de vida, especialmente em contexto das mais variadas adversidades, como a queda da massa de salários e o aumento do desemprego no país. Diante de todos esses efeitos, resta uma simples pergunta: se o Brasil tem grandes reservas e consegue, hoje, extrair maior quantidade de barris que o total do consumo nacional, por que o petróleo tem que ser vendido a um preço tão alto que o custo de produção?

O resultado dessa política tem recaído sobre os consumidores brasileiros que estão pagando valores absurdos pelo litro da gasolina em todo o país. Mais nefastos ainda são os efeitos dessa política sobre os consumidores mais pobres em razão do forte aumento do preço do gás de cozinha, item que aumenta substancialmente o custo da alimentação.¹

A política de preços praticada pela Petrobras inviabiliza qualquer tipo de planejamento por parte do consumidor e coloca em situação de vulnerabilidade a população mais pobre. Tal política de preços já seria problemática se fosse resultado de nossa falta de capacidade para refinar o petróleo, mas torna-se um verdadeiro absurdo se estiver sendo implementada em razão da redução do uso de toda a capacidade instalada em nossas refinarias, como aponta a nota do Dieese ora transcrita, pois além de impor sofrimento à população em razão dos altos preços dos combustíveis, está gerando desemprego e aumentando nossa dependência do mercado externo, num momento em que o país mais carece de investimentos para superar a atual crise econômica.

Os fatos recentes e os pontos levantados pela nota do Dieese demonstram que a atual política de preços praticada pela Petrobras e reafirmada pelo Governo está trazendo prejuízos aos consumidores brasileiros e à economia brasileira.

Por todos esses motivos, requer-se a aprovação da presente Proposta de Fiscalização e Controle que proporcionará adoção de iniciativa legislativa.

Sala das Sessões, 07 de junho de 2018.

**Deputado IVAN VALENTE
PSOL/SP**

FIM DO DOCUMENTO

¹ [https://oglobo.globo.com/economia/com-alta-no-preco-do-gas-mais-brasileiros-passam-usar-linha-carvao-22629819](https://oglobo.globo.com/economia/com-alta-no-preco-do-gas-mais-brasileiros-passam-usar-lenha-carvao-22629819)